

Gesto não agrada aos bancos

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Se a decisão do governo brasileiro de separar uma parte das reservas para pagar juros aos bancos, futuramente, foi calculada como um gesto de boa vontade para facilitar as negociações, a reação inicial de alguns credores e na área oficial sugere que ela não foi bem recebida e poderá produzir o resultado oposto ao pretendido.

Executivos de grandes bancos indicaram que o provisionamento de reservas anunciado teria um impacto positivo somente se o governo efetivamente depositasse o dinheiro numa conta especial junto a uma terceira parte, como o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), que atua como o banco central dos bancos centrais.

Como isso parece não estar nos planos oficiais, eles disseram que o gesto do governo será interpretado como um ato hostil por muitos credores. O argumento comum a todos é que o governo, depois de ter condicionado a retomada dos pagamentos à capacidade

do País de pagar, adotou agora uma posição mais dura. Segundo essa interpretação, ao anunciar que destinará uma parte das reservas a pagamentos futuros, a administração Collor estaria reconhecendo que tem capacidade para pagar mas mesmo assim não o fará, pois quer usar o pagamento como instrumento de pressão na negociação com os bancos.

A preocupação, na área oficial, é que a iniciativa brasileira, na forma vaga como foi anunciada, poderá ser contraproducente. "O Brasil já deu a mensagem política que queria dar aos bancos acumulando todos esses juros em atraso. Se pode pagar, o melhor que tem a fazer é pagar, senão será acusado pelos bancos de não estar negociando de forma construtiva", afirmou uma fonte oficial americana.

O fato de o governo ter anunciado o provisionamento no mesmo momento em que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, oficializou a carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional foi interpretado por executivos de bancos e

funcionários de organismos internacionais como um sinal de que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, embora apóie o programa brasileiro, impôs condições para submetê-lo à aprovação da diretoria do Fundo. Uma dessas condições seria o Brasil fazer um pagamento aos bancos que o governo estaria, agora, tentando contornar politicamente. "Eu não diria nada para tirá-lo dessa pista", afirmou ao *Estado*, há dois dias, um porta-voz da área econômica em Washington.

A primeira reação pública dos bancos à idéia do provisionamento deve ocorrer hoje, pela voz do alemão Horts Schullman, diretor do Instituto of International Finance (IIF), uma organização que atua como lobby dos grandes bancos internacionais na capital americana que já criticou "a leniência do FMI com os países que atrasam pagamentos aos bancos". Schullman acredita que o montante dos atrasados brasileiros já é grande demais para se falar em pagamento simbólico.